

PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS ELITES COLONIAIS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS, SÉCULO XVIII. DESAFIOS METODOLÓGICOS

Talítha Maria Brandão Gorgulho*

lattes.cnpq.br/5683929233598554

Resumo: O texto que ora apresento é parte da minha pesquisa de doutorado que tem como objetivo analisar como essas elites locais legavam um patrimônio que está ligado a preceitos educativos aos membros de seu grupo familiar, mas também à sociedade, na intenção de aumentar, manter e perpetuar seus privilégios. Divido este texto em três partes onde tratarei, portanto, de algumas de minhas questões enquanto pesquisadora deste tema e período, bem como das metodologias que venho me aproximando na busca para estabelecer instrumentos capazes de dar conta das análises acerca dos fenômenos educativos relativos as elites da Capitania mineira. O primeiro desafio se apresenta na definição do próprio conceito de educação mais ampliado. Mas onde encontrar as informações para tais análises? Esse é o segundo desafio que trago hoje: as fontes. Muitas vezes, para o período abordado, não é possível escrever uma história da educação a partir de documentação dita oficial, produzida e/ou gerada pelo ato de educar. Por fim, entramos na terceira parte deste do texto, em que trago os conceitos analíticos como mais um obstáculo a ser enfrentado. Expondo alguns experiências e reflexões espero somar aos diálogos que buscam ajudar a responder questões muito caras, acredito que não só a minha, mas as pesquisas em história da educação na América Portuguesa de maneira geral.

Palavras-chave: Educação; Desafios metodológicos; Elites; Patrimônio; Século XVIII.

EDUCATIONAL PRACTICES OF THE COLONIAL ELITES OF THE CAPITANIA DE MINAS GERAIS, 18th CENTURY. METHODOLOGICAL CHALLENGES.

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG (Brasil). Integrante do Grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero). Bolsista CAPES. Contato: talithagorgulho@yahoo.com.br.

Abstract: The text I am presenting is part of my doctoral research whose purpose is to analyze how these local elites inherited an inheritance that is linked to educational precepts to the members of their family group, but also to society, with the intention of increasing, maintaining and perpetuating their privileges. I divide this text into three parts where I will deal with some of my questions as a researcher of this theme and period, as well as the methodologies that I have been approaching in the search to establish instruments capable of accounting for the analyzes of the educational phenomena related to the elites of Capitania de Minas Gerais. The first challenge is to define the concept of broader education itself. But where do you find the information for such analyzes? This is the second challenge I bring today: the sources. Often, for the period covered, it is not possible to write an education stories from so-called official documentation, produced and / or generated by the act of educating. Finally, we enter the third part of this text, in which I bring analytical concepts as another obstacle to be faced. Exposing some experiences and reflections I hope to add to the dialogues that seek to help answer very expensive issues, I believe not only mine but the researches in history of education in Portuguese America in general.

Keywords: Education; Methodological challenges; Elites; Patrimony; 18th Century.

* * *

Introdução:

O texto que ora apresento é parte da minha pesquisa de doutorado que tem como objetivo analisar como essas elites locais legavam um patrimônio que está ligado a preceitos educativos aos membros de seu grupo familiar, mas também à sociedade, na intenção de aumentar, manter e perpetuar seus privilégios. Em outras palavras, pretendo entender o papel da educação legada pelas elites de três comarcas da Capitania de Minas Gerais (Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila Rica), na segunda metade do século XVIII.

Como recorte dessa pesquisa mais ampla, este artigo tem a pretensão de trazer algumas reflexões de cunho teórico-metodológico que venho enfrentando e que acredito serem comuns a

muitos historiadores da educação que se debruçam sobre o tema das práticas educativas no período colonial.

Divido o texto em três partes onde tratarei de algumas de minhas questões enquanto pesquisadora deste tema e período, bem como das metodologias que venho me aproximando na busca para estabelecer instrumentos capazes de dar conta das análises acerca dos fenômenos educativos relativos as elites da Capitania mineira.

O primeiro desafio se apresenta na definição do próprio conceito de educação. A história da educação há anos tem se identificado mais fortemente com os processos educativos escolares, isso porque grande parte das pesquisas deste campo são voltadas para recortes cronológicos em que essa instituição já estava ou em forte processo de consolidação ou já consolidada, como o Império e a República. Porém, ao pretendermos analisar a educação no período colonial, nos deparamos com a necessidade de entender a educação para além da escola, já que para este contexto tal instituição era ainda embrionária.

Estudos mais recentes que abordam o tema no XVIII, vêm mostrando a necessidade de se entender educação de uma maneira mais ampliada nesta conjuntura¹. Assim, precisamos primeiro pensar acerca do conceito de educação e suas abordagens para o período.

¹ Nos últimos anos, alguns estudos vêm sendo desenvolvidos, em especial para a Capitania de Minas Gerais, pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa em História da Educação – GEPHE; e há aproximadamente dez anos, pelo grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos - CEIbero, sob a orientação da Profa. Dra. Thais Nívia de Lima e Fonseca. Com análises que visam entender, principalmente, outros processos e práticas educativas, para além dos limites escolares, as novas pesquisas têm permitido, nas palavras de Fonseca (2011, p.9), “compreender mais claramente os diferentes meios pelos quais a população colonial, particularmente na Capitania de Minas Gerais, procurava educar-se e instruir-se, por diferentes motivos”, além de abrir espaço para uma gama de novas fontes, já consagradas pela historiografia colonial, a serem exploradas também pela História da Educação.

Em sua tese de doutorado, Júlio (2017, p. 39-49) traz uma discussão interessante entre autores e significados dos dicionários sobre o termo educação. Ao mobilizar estudos realizados por Fonseca (2009), a autora afirma que o pensamento moderno trouxe uma expansão da produção intelectual europeia. Tais autores buscavam debater sobre o pensamento científico em voga na época. As reflexões sobre os métodos de estudo, então, ocuparam um papel fundamental para se pensar como a sociedade deveria se portar e qual era a educação almejada para cada grupo social.

Júlio (2017) apresenta dados levantados por Martine Sonnet (1991, p. 149) para demonstrar que mais de 70% das 212 obras publicadas, tendo como tema a educação na Europa, estavam concentrados na segunda metade do século XVIII. Com isso, demonstra a importância que a educação assume nesse período. Isso se dava, segundo Fonseca (2016), graças ao papel que foi delegado à educação de modelar a nova humanidade, como apontava Condorcet. Para Fonseca (2009), os autores desse período defendiam que só por meio da educação seria possível ordenar a sociedade de forma harmoniosa em busca de um bem comum, e essa educação estaria, portanto, relacionada com a ação civilizadora europeia.

Ainda de acordo com Júlio (2017, p.41), a palavra educação precisa ser entendida sob a ótica de uma construção histórico-social. Nas palavras da autora:

Isso porque, ao se pensar no processo educativo, necessariamente devemos levar em conta os diálogos e as relações que o ato de educar estabelece com uma sociedade em um determinado tempo e lugar. Isso significa pensar as finalidades que a sociedade espera da educação e as representações que o ato educativo ajuda a criar sobre aquele contexto específico e nele inserido.

Cabe, assim, à educação difundir os imaginários ideais para conformar os indivíduos à vida em comunidade, de certa maneira adequando-os na atuação de papéis sociais possíveis e desejáveis.

Nessa perspectiva, a educação pode ser entendida como uma, dentre outras, prática social.² Então, é imperativo que entendamos quais dessas práticas sociais eram tomadas por educação no contexto analisado e quais eram as suas finalidades.

Fonseca (2016), em artigo já mencionado, analisa, por meio das obras do pensamento ilustrado e dos manuais pedagógicos, as concepções educativas no mundo luso-americano, entre o século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

Fonseca (2016, p. 169) mostra-nos que nessas obras os termos educação e instrução denotam o processo de formação do indivíduo para viverem adequadamente naquela sociedade, levando-se em conta os valores, nesse período cristão essencialmente, e referências aceitas e legitimadas. Desse modo, era um processo de adequação social. Segundo a mesma autora, muitas vezes tais termos se confundem entre si; e da forma como foi apresentado neste parágrafo, aproximam-se das concepções dos autores católicos como *Comenius (1657)* e *Jean-Baptiste de La Salle (1695; 1717)*. Já em outras obras podemos perceber melhor um afastamento destes termos.³ Para Fonseca (2016, p. 169),

...não apenas a educação como formação estritamente moral de fundamentos religiosos interessava aos autores da época. A formação do homem civil, apto à convivência social e íntimo das regras da civilização das boas maneiras, estava no horizonte de diversos autores dos séculos XVII e XVIII, ajudando a definir o que seria a educação e quais os seus propósitos.

² Ver também Brandão (2004).

³ Como exemplo, Fonseca (2016, p. 170) cita as obras *Some thoughts concerning education* (1692), de John Locke, e *Considérations sur le gouvernement de Pologne et sur sa réformation projetée* (publicada postumamente em 1782), de Rousseau. Segundo ela, no primeiro a instrução "seria a dimensão menos importante de todo o processo de formação do indivíduo, pois ela só poderia frutificar em terreno fertilizado pela educação para os bons costumes." Já Para Rousseau, a educação teria um papel mais nacional, mais voltado para a formação das *inclinações patrióticas*, e a instrução estaria no âmbito do privado e do doméstico.

Dessa forma, nesse momento da história, o pensamento circulante era de que cabia à população, juntamente com a Igreja, por meio da educação, formar bons súditos e bons cristãos. Assim, a elite assumia um papel central na função de ordenar a população e cuidar da difusão dos bons costumes. John Locke, em 1692, apontava para a concepção, presente na sociedade da época, de que era mediante os exemplos da elite que as camadas menos privilegiadas se educariam. Isto posto, era de suma importância cuidar da educação da primeira, o que acabaria revertendo em benefícios a toda a sociedade⁴. Os manuais pedagógicos⁵ e de civilidade⁶ do período, em certa medida inspirados neste autor, apontavam para essa mesma direção.

Ao analisar os significados encontrados tanto na *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, dirigida por Diderot e D'Alembert (editada entre 1751 e 1772), quanto em alguns dicionários de época⁷, Fonseca (2016, p. 170) demonstra que, para a primeira obra, o verbete educação enfatiza a ideia de educação em sua relação com a formação do cidadão para o bem do Estado e de sua ordem, reforçando, portanto, uma definição de educação como formação; já instrução é associada à aquisição de conhecimentos e de competências, assim como os demais autores do contexto.

Quanto aos dicionários, que se aproximam ainda mais do universo trazido nesta pesquisa por se tratar da produção intelectual portuguesa do século XVIII, Fonseca (2016) mostra que, para

⁴ Sobre o tema, ver Fonseca (2016).

⁵ PINA e PROENÇA (1734); Ribeiro SANCHES (1760); Blancard (1786); VASCONCELOS (1782); Verney (1746).

⁶ Condorcet (1792); COMENIUS (1657); Rousseau (1762-1782).

⁷ A saber: *Vocabulário Portuguez e Latino* (1712), de Raphael Bluteau; *Vocabulário Portuguez e Latino*, o *Diccionario da lingua portuguesa* (1789), de Antonio de Moraes Silva; *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* (1806); *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* (1832), de Luiz Maria da Silva Pinto.

Bluteau⁸, criação e ensino não se distinguem e se mantêm ligados à formação do indivíduo para a vida social, no sentido de incutir nele os valores da boa sociedade, assim como se mantém a ideia de doutrinação. Os demais dicionários ⁹ analisados acabam tangenciando o mesmo ponto ao definir os dois verbetes, trazendo uma pequena diferença entre eles, que, de acordo com a autora, parece estar no fato de que a instrução se faria por meio de instrumentos normativos mais precisos, enquanto a educação estaria orientada por princípios mais gerais.

Fonseca (2016) passa então a analisar como os autores portugueses ¹⁰ do período trabalham a questão da educação, preocupados com a boa formação dos súditos e com a construção da civilidade moderna em Portugal. Segundo ela, alguns dos autores desse período se preocuparam, em geral, em pensar a educação em sua época, suas características, seus sentidos e seus objetivos. Eles ainda propuseram orientações para o Estado e a Igreja atuarem de forma a desenvolverem uma educação mais útil à sociedade, assim

⁸ Os verbetes analisados pela autora foram: Bluteau (1712). *educação*: “criação [...] para a direção dos costumes. [...] o que tem cuidado da educação de alguém”; *educar*: “criar”; *educado*: “criado, ensinado”; *ensino*: “é tratamento de homens bem doutrinados, ou por experiência da Corte, & da Cidade, ou por ensino de outros, que nela viveram”; *instrução*: “a ação de instruir. Instrução dos meninos”, “documentos, ou princípios de doutrina, para conhecimento das ciências assim humanas como divinas, como também para a vida moral.”

⁹ Demais verbetes analisados por Fonseca (2016, p. 170-172): *Diccionario da lingua portuguesa* (1789) - *educação*: “criação, que se faz em alguém, ou se lhe dá; ensino de coisas, que aperfeiçoam o entendimento, ou servem de dirigir a vontade, e também do que respeita ao decoro”; *instrução*: “ensino, educação, documento. Apontamento, regimento, que se dá alguém para se reger por ele”. *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* (1806) - *instrução*: “documento, ensino, doutrina, apontamento que se dá a alguém para governar-se”, *ensinar*: “fazer advertência”; *Diccionario da Lingua Brasileira* (1832) - *educação*: “criação com ensino de doutrina e bons costumes”.

¹⁰ A saber: *Cartas sobre a educação da mocidade*, Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1760); *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1734); *Verdadeiro método de estudar*, Luis Antônio Verney (1746).

como os mestres e as famílias. Já outros autores¹¹ se dedicaram a escrever sobre as práticas possíveis que contemplassem essas concepções de educação e de instrução¹².

Nesses livros, com algumas poucas variações, também podemos observar a educação sendo tratada como um processo de formação mais geral, e a instrução como o mecanismo de transmissão do conhecimento. Tais obras também reforçam a ideia de que a educação fertiliza a terra para a instrução, ou seja, primeiro se deve educar para depois instruir; mas Fonseca (2016) chama atenção para o fato de que educar também se referia ao final de todo o processo.

Fazendo uma análise da legislação produzida para a implementação dessas reformas em 1759, promovidas pelo futuro Marquês de Pombal, o qual, reestruturando a educação por meio da escolarização do Estado, tinha a intenção de tirar Portugal do atraso com relação aos seus vizinhos, Fonseca (2016) demonstra que, apesar de claramente influenciada por valores ilustrados, a reforma acaba por, em certa medida, manter valores caros àquela sociedade, ou seja, não se afastando da doutrinação cristã de matriz católica: a educação para a formação do bom súdito e do bom cristão de forma indissociável.

Outro ponto importante que as análises dessa legislação demonstram é o caráter de utilidade da instrução, que passa a se associar à ideia de formação mais geral da educação – em outras palavras, "conhecimentos com finalidades práticas e que pudessem

¹¹A saber: *Elementos da Civilidade e da Decência para a instrução da mocidade de ambos os sexos* (1788), *Método de ser feliz ou catecismo, especialmente para uso da mocidade* (1787), *o Tesouro de meninas ou diálogos entre uma sábia aia e suas discípulas* (1783), e *A Escola dos bons costumes, ou reflexões morais e históricas* (1786).

¹² Essas obras eram chamadas de "manuais" e buscavam orientar pais e mestres na melhor condução da educação das crianças e dos jovens. Essas publicações geralmente traziam o catecismo cristão associado ao método para a aprendizagem das primeiras letras (ler, escrever e contar), regras de civilidade e, por vezes, traziam ainda noções de Geografia e cronologia.

contribuir para a ‘edificação’ dos ‘fiéis vassalos’ ” Fonseca (2016, p. 179).

Essas análises vêm ajudar a desconstruir as concepções historiográficas arraigadas que ligam diretamente a educação à escola. Assim, por meio da historicidade desses conceitos de educação e instrução, observadas nas diferentes instâncias, podemos tratar a educação como algo que não é homogêneo e nem universal.

Desta forma, corroborando tal perspectiva, recentes estudos que abordam esse tema no século XVIII vêm mostrando a necessidade de se entender a educação de forma mais ampliada. Buscando contribuir com tais trabalhos, na presente pesquisa a educação será abordada sob duas óticas.

Como vimos acima, ao tentarmos alcançar a educação no período colonial, precisamos perceber que em terras luso-brasileiras havia uma sociedade em que a escola era muito pouco visível. Nas Minas, essa constatação se dá de maneira ainda mais forte devido à ausência das ordens religiosas nesta Capitania, especialmente os Jesuítas, que eram os grandes responsáveis pela educação dos povos no período.

A instituição escola era nascente e, até aquele momento, meados do século XVIII, não era entendida como um direito ou uma necessidade pela população das Minas setecentistas. Da mesma forma, nesse momento começava ainda a surgir uma política de escolarização por parte da Coroa. Entretanto, a educação, nessa concepção ampliada, já pode ser verificada como um valor para aquela sociedade, especialmente para as camadas mais elevadas na hierarquia social. Ela era legada, buscada via estratégias e realizada através das práticas educativas, inclusive práticas de tipo escolar (como aprender a ler, escrever e contar, ou as aulas de Gramática Latina).

Sob o prisma de que a formação do bom súdito e do bom cristão era concernente ao Estado e à Igreja, mas também às classes mais privilegiadas, ou seja, às elites, através principalmente dos

exemplos, tentaremos mostrar o papel desta camada da sociedade nas terras mineiras setecentistas.

Partindo dessa concepção, na atual pesquisa trabalho entendo a a educação de duas maneiras que vou tentar esclarecer agora. Como dito anteriormente, na América Portuguesa havia uma sociedade em que a escola é muito pouco visível. Nas Minas essa constatação se dá de maneira ainda mais forte por conta da ausência das ordens religiosas nesta Capitania, especialmente os Jesuítas, grandes responsáveis pela educação dos povos no período. A instituição escola era nascente e até aquele momento não era entendida como um direito ou uma necessidade pela população das minas setecentistas. Da mesma forma, não existia ainda uma política de escolarização por parte da coroa. Mas a educação já pode ser verificada como um valor para aquela sociedade, especialmente para as camadas mais elevadas na hierarquia social. Ela era legada, buscada através das estratégias e realizadas através das práticas educativas, inclusive práticas de tipo escolar (como aprender a ler, escrever e contar)¹³.

Além disso, neste momento da história, como observamos, o pensamento que circulava era de que cabia a população, juntamente com a igreja, mediante a educação, formar bons súditos e bons cristãos. Assim, a elite assumia um papel central na função de ordenar a população e cuidar da difusão dos bons costumes.

Tendo em vista as características de ocupação das terras coloniais, tais como: a distância do poder central; a forte presença dos negros e a inevitável miscigenação. Mas ao mesmo tempo a histórica parceria entre Coroa e elite colonizadora, por exemplo, se torna possível inferir que, na sociedade ora investigada, observa-se essa atuação da elite como educadora e formadora social de forma

¹³ Ver GORGULHO, Talítha Maria Brandão. “Aos órfãos que ficaram”: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas na comarca do Rio das Velhas (1750-1800). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2011 (Dissertação de Mestrado em Educação).

apurada. Deste modo, consegue-se analisar a educação legada pela elite colonial mineira não apenas a seus descendentes diretos mas a sociedade de uma maneira mais geral.

Em outras palavras busco nos meus estudos abordar a educação por dois viéses: um mais direto e fundamentalmente intencional, a educação da descendência - mais próxima da noção de instrução; outro a educação da sociedade mineira do período, que se dá em certa medida de maneira indireta e nem sempre intencional - através dos valores e exemplos.

Mas onde encontrar as informações para tais análises?

Esse é o segundo desafio que trago hoje: as fontes. Muitas vezes, para o período abordado, não é possível escrever uma história da educação a partir de documentação dita oficial, produzida e/ou gerada pelo ato de educar. Trabalhamos na busca de indícios de educação nos mais variados documentos.

Desta maneira, atrás dos indícios de educação para o estudo que venho realizando, lanço mão dos inventários e testamentos. Esses são documentos que não foram produzidos, a priori, com o intuito de registro ou atuação relacionado a atividade educacional, mas que nos revelam muito sobre o tema e que vêm sendo trabalhado com muito sucesso nas pesquisas mais recentes.

Os Inventários eram feitos quando existiam órfãos menores de 25 anos e/ou bens a serem partilhados e os Testamentos, de produção facultativa, eram uma prestação de contas, por parte do testador, a Deus e à sociedade e tinham, portanto, um caráter mais espiritual do que material ou temporal. Importante percebermos que o testamento, de certa forma, era a “voz do próprio sujeito” dizendo de seus bens e de suas relações, e o confronto com o inventário, que era a “voz do outro”, mostra-se essencial. Essa documentação, a partir de indícios, tem me permitido observar, o *patrimônio*

*educativo*¹⁴ deixado pelos membros das camadas mais elevadas dessa sociedade.

Tais indícios revelam-se quando, por exemplo, os membros da elite deixam alguma herança relacionada com as letras ou o letramento, como o aprendizado da escrita e/ou leituras, frequência em aulas régias ou particulares, em Seminário, Recolhimento e Universidade. Essas indicações podem ser retiradas das contas de tutela (processos muitas vezes anexados aos inventários), quando, por exemplo, o juiz pergunta ao tutor sobre o estado geral do órfão, e o tutor informa com quem o órfão está vivendo, com que idade está e como está sua educação, se frequenta ou frequentou alguma aula/escola etc. Isso me permite que vislumbrar os processos educativos pelos quais os órfãos passaram. Nesses mesmos documentos, outras situações que nos possibilitam perceber a educação dos órfãos, tanto no que tange aos processos quanto no que tange às suas efetivações, são os recibos dos professores que eram contratados para ensinar os filhos do inventariante e as assinaturas.

Nos testamentos, além das indicações de como se deve proceder para a educação do futuro órfão, podemos ainda perceber a presença da educação voltada para as letras quando, por exemplo, o testador deixa livros ou algum instrumento relacionado à leitura e à escrita (pena, tinteiro, mesinha) para um determinado filho. Nesses mesmos documentos, podemos ainda verificar a educação relativa às artes manuais ou aos ofícios mecânicos, como o aprendizado de coser e bordar para as meninas ou, em alguns casos, quando os filhos são encaminhados para aprender os ofícios de sapateiro ou alfaiate, dentre outros. Outra ocasião documental em que é possível perceber indícios de educação é quando os órfãos dão quitação das

¹⁴ Como *patrimônio educativo* estou tratando tudo o que é legado, ou seja, deixado como herança e que entendemos se relacionar com a educação, sob o filtro dos dois vieses expostos anteriormente.

legítimas, pois nesse momento, muitas vezes, eles indicam do que e como vivem.

Consegue-se observar como se manifesta o legado educativo quando analisa-se alguma herança que pode ser associada à educação pelos valores ou pelo modelo de civilidade e comportamento a ser seguido; como exemplo, pode-se destacar quando o testador deixa um dote para uma órfã tomar estado, ou quando deixa um escravo "quartado" a um sócio, com a condição de que, se tiver bom comportamento e for obediente ao seu senhor, terá sua liberdade depois de determinado tempo; ou ainda, quando deixa pinturas ou esculturas a alguma Igreja. Nesses casos, acreditamos ser possível inferirmos que os inventariados e testadores, mesmo que sem intenção, passam, ou tentam passar, mesmo que por convenção ou para cumprir protocolos da feitura dos documentos ou protocolos sociais, um exemplo de civilidade, de ideal social.

Outras fontes que têm me auxiliado nas respostas às minhas questões são os processos matrimoniais e os registros de batismos, que ajudam a traçar as redes de relações tecidas pelos sujeitos eleitos, assim como processos de habilitação para ingresso em Ordens religiosas e pedidos de mercês régias, que permitem entender as estratégias de ascensão social desses indivíduos.

Os resultados das pesquisas em História da Educação para o período se potencializam quando conseguimos o cruzamento com documentos relacionados diretamente a educação. As matrículas em seminário ou na Universidade de Coimbra, por exemplo, mostram-se importantes fontes de confronto para se tentar determinar possíveis graus de educação.

Em meus estudos procuro também utilizar como fontes as correspondências entre os ocupantes dos cargos mais altos da administração com a Coroa, a fim de tentar perceber o papel desses indivíduos como mediadores culturais nas terras coloniais. Outras fontes, ainda, são as Ordenações Filipinas, legislação vigente no

período, e os dicionários da época, que ajudam a definir e entender melhor os conceitos abordados.

Por fim, entramos na terceira parte deste do texto, em que trago os conceitos analíticos como mais um obstáculo a ser enfrentado. A ausência de conceitos que tratam desse contexto educacional, faz-nos refletir sobre a forma e necessidade de utilização de conceitos que não foram criados para análises sobre o contexto desta pesquisa.

Alguns conceitos desenvolvidos por Bourdieu (1997, 2002, 2008)¹⁵, mesmo que não elaborados para entender este período, mostraram-se bastante úteis para entender meu objeto, das seguintes formas:

A teoria dos capitais, desenvolvida por Bourdieu (2015), tem me ajudado a pensar como os indivíduos da elite nas Minas setecentistas – muitos deles vindos jovens de Portugal – buscaram, através da construção de um *capital social* ligado ao grande acúmulo de *capital econômico*, efetivar a constituição de uma nobreza da terra e as estratégias usadas para tanto, especialmente relativas ao legado de um *patrimônio educativo* para reprodução social desses mesmos sujeitos. Como *capital social*, então, estou trabalhando com a concepção de recursos que poderiam ser utilizados de imediato ou de forma potencial por meio de redes duráveis de relações. Por *capital econômico* entendo os bens, posses de terras, imóveis e escravos para o período.

Assim, creio que é possível a utilização da noção de *capital social* para analisar as redes de sociabilidades que esses indivíduos construía e os benefícios que conseguiam decorrentes dessas redes. Tais relações mostravam-se necessárias tanto para a conquista de espaços sociais importantes (tais como a ocupação de

¹⁵ Sobre a operacionalidade desse aporte teórico para se pensar a educação no XVIII, sito os recentes trabalhos defendidos na FAE-UFMG - Júlio (tese defendida em 2016) e Angelo (tese defendida em 2017) este último se preocupou ainda mais detidamente com o tema.

cargos estratégicos e de prestígio, como cargos de concelhos; atuação na conquista e defesa da soberania da Coroa, que por vezes rendia distinção social por meio de mercês; obtenção de hábitos das Ordens Militares e Familiar do Santo Ofício; dentre outros) quanto para estabelecer e fortalecer laços com outros membros da própria elite, por meio de casamentos endogâmicos, por exemplo, o que pode ser ainda entendido como *estratégia* para a manutenção do *capital econômico* conquistado.

Estratégia é aqui entendida, no âmbito da História da Educação, segundo Fonseca (2009, p. 11), como ações que podem ser pensadas e explícitas, mas, também, oriundas de processos interiorizados das regras do jogo, ou seja, o movimento de elaboração e execução dessas ações. Bourdieu (2004) afirma que a estratégia é o produto do sentido prático, que por sua vez se identifica como a origem das práticas rituais que estabelecem a coerência parcial em um determinado campo.

Outros exemplos de *estratégias* que podem ser observadas neste estudo para estabelecer ou estreitar vínculos com o centro do Império acontecem quando os membros da elite colonial enviam seus filhos para se formarem na Universidade de Coimbra, colocando, assim, “um dos seus” em relativo contato direto com o centro. Ana Cristina Araújo (2017) afirma que era até certo ponto comum as elites mineiras irem se formar em terras metropolitanas, criando assim um fluxo formativo, porém não necessariamente migratório de fato. Segundo a percepção de Araújo (2017), há gerações de famílias do Brasil que são formadas em Coimbra.

Um outro exemplo desse tipo de *estratégia* é o que se vê na aproximação de altos funcionários régios, quando estes funcionários apadrinhavam, por procuração, descendentes dos membros da elites, prática relativamente comum nas Minas do Ouro¹⁶.

¹⁶ Sobre esta e demais estratégias acima citadas, ver também Almeida (2010, p. 165-166)

Outro conceito de Bourdieu que acreditamos ser útil para se alcançar o objetivo desta pesquisa é a concepção de *habitus*. Por se tratar, na definição de Bourdieu (2009, p. 87), de um sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais, entendidos como “princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los...” (grifos nossos), esse conceito ajuda-nos a trabalhar especialmente com o viés do *patrimônio educativo* legado, que se refere aos valores e exemplos.

Dessa forma, esse patrimônio educativo refere-se às ações observadas nos inventários e testamentos dos membros da elite, e são elas que nos permitirão vislumbrar o papel que esta camada desempenhava como educadora e civilizadora das camadas populares. Essa possibilidade de análise é reforçada se observarmos ainda que o conceito de *habitus* busca ir além do indivíduo, referindo-se também às relações nas quais o indivíduo está inserido, possibilitando a compreensão tanto do seu lugar social, quanto de seu conjunto de capitais. Para Vasconcellos (2002, p. 81), é através do *habitus* que os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social.

Uma análise quantitativa, aos moldes da história demográfica, foi essencial para me ajudar a caracterizar o grupo estudado. Quantos são os indivíduos, como se dividem dos grupos escolhidos para as análises e qual a representatividade desse grupo frente à sociedade que testava e tinha seus inventários feitos – isto nos faz ter uma visão mais geral da elite nas Minas na segunda metade do século XVIII. Essa percepção mais coletiva serve de ponto de partida para as análises mais qualitativas.

A metodologia para se alcançar o patrimônio educativo legado pelos sujeitos da elite nessa sociedade e tentar entender o que esse patrimônio representa, a quem ele atinge e qual é a sua finalidade,

aproxima-se em certa medida dos métodos da micro-história¹⁷. Faz-se, portanto, necessário debruçarmo-nos de maneira intensa sob as fontes eleitas. Tais fontes, como já demonstrado, são por vezes muito ricas em detalhes, os quais, quando iluminados pelas perguntas formuladas nesta pesquisa, ajudam a analisar as redes de sociabilidades e a educação no século XVIII. Acredito que, a partir do olhar cuidadoso e criterioso do historiador, essas minúcias, que aparecem ora explícitas e de maneira direta, ora quase que subjetivas, possibilitaram atingir os objetivos propostos neste estudo.

Além da observação criteriosa dos detalhes, há a necessidade de se utilizar da confrontação das informações encontradas em outras fontes. Os sujeitos da elite mineira setecentista possuem um relativo número de documentos, sobre si e os seus, em que podem ser verificadas tais informações. Nos meus estudos tenho tentado trabalhar os inventários e testamentos, processos matrimoniais, processos de habilitação para ingressos em Ordens religiosas, matrículas em seminário ou na Universidade de Coimbra, e vários outros documentos avulsos já descritos acima, sendo o tempo todo confrontados com a legislação da época, representada pelas Ordenações Filipinas, bem como com outros estudos sobre o tema que abordam as realidades do Brasil e de Portugal. Busco, com isso, realizar um jogo de escalas que me permita vislumbrar não só o macro e o micro, mas as diversas camadas de uma realidade e assim me aproximar, o máximo possível, daquela sociedade e seus membros.

Por fim, lançarei mão do conceito de mediadores culturais, trabalhado por Serge Gruzinski, para tentar entender o papel dos administradores dessas terras como tais¹⁸.

¹⁷ São referências em trabalhos que utilizam metodologia da micro-história autores como Ginsburg (1989, 2006) e Revel (1998).

¹⁸ Essa leitura ainda será feita.

Entendo ainda que a tentativa de me aprofundarmos mais nas fontes, fazendo essas análises mais densas, é fundamental para conseguir, além de identificar as indicações de educação para os órfãos, entender a rede de relações em que eles estão inseridos de maneira qualitativa. Isto se faz necessário para que eu possa compreender os dois vieses de educação, alvos desta pesquisa, na prática dessas famílias e/ou desses sujeitos. Tais elementos me ajudaram a aproximar das ações desses grupos e, em certa medida, compará-las com o todo dessa sociedade.

Acredito que a tentativa de adentrar de maneira mais profunda nas fontes seja fundamental para que consigamos apreender além das indicações de educação para os órfãos. Fazendo análises mais densas se mostra possível entender a rede de relações em que os membros da elite colonial mineira setecentista estão inseridos de maneira qualitativa, com a finalidade de tentar compreender os dois vieses de educação abordados no texto na prática de suas famílias e dos próprios sujeitos. Esses elementos ajudam a aproximar das ações deste grupo e, em certa medida, compará-las com o todo dessa sociedade.

Ponderando sobre alguns desafios que são postos pelas pesquisas em educação neste período tão rico quanto complexos, pretendo com este texto, não apenas demonstrá-los, mas principalmente demonstrar como eles vêm sendo enfrentados. Expondo alguns experiências e reflexões espero somar aos diálogos que buscam ajudar a responder questões muito caras, acredito que não só a minha, mas as pesquisas em história da educação na América Portuguesa de maneira geral.

* * *

Referências

- ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. Herdeiros: o papel da família na educação das futuras gerações nos termos de Sabará e de Ouro Preto (1721 – 1780). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2017 (*Tese de Doutorado em Educação*).
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2010.
- ARAÚJO, Ana Cristina e FONSECA, Fernand Taveira da (coords.) *A universidade pombalina: ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, [S.l.], n. 2, p. 21-34, nov. 2005. ISSN 1808-8139. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11616/13385>>. Acesso em: 20 jan. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-8139.voi2p21-34>.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. Estruturas, habitus e práticas. In: *Esboço de uma teoria da prática*. Oeiras: Celta, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- GINZBURG, C. Freud. O Homem dos Lobos e os Lobisomens In: _____. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 207-217.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Companhia de Bolso).
- JÚLIO, Kelly Lisie. “Os têm tratado educado” – as mulheres e suas ações para a manutenção da família e a educação de menores no Termo de Vila Rica, MG (1770 – 1822).” Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2017 (*Tese de Doutorado em Educação*).

- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História: Novas Perspectivas*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1992.
- LIBBY, Douglas Colle. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr L. (Orgs.) *História da Família no Brasil* (Séculos XVIII, XIX, XX): Novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. *Revista HISTEDBR*, 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.html>.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Sociabilidades e estratégias educativas numa sociedade mestiça: Minas Gerais, Brasil, século XVIII. *Congresso Internacional O Espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- _____. Portugueses em Minas Gerais no século XVIII: cultura escrita e práticas educativas. *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial*. MNEME – Revista de Humanidades. Caicó-RN: UFRN, v. 9. n. 24, set/out 2008.
- _____. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade e sociabilidade na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- _____. (org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições/FAPEMIG, 2011.
- _____. História e Historiografia da Educação na América Portuguesa: A capitania de Minas Gerais. *Revista Eletrônica Documento/Momento*, v.15, p. 13-38, 2015.
- _____. Circulação e apropriação de concepções educativas: pensamento ilustrado e manuais pedagógicos no mundo luso-brasileiro colonial (séculos XVIII – XIX). In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, vol. 32, n. 3, p. 167- 185, jul./set. 2016.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GORGULHO, Talítha Maria Brandão. “Aos órfãos que ficaram”: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas na comarca do Rio das Velhas (1750-1800). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2011 (*Dissertação de Mestrado em Educação*).

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Padre José Maurício: “dispensa da cor”, mobilidade social e recriação de hierarquias na América portuguesa. In: GUEDES, Roberto (org.). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista-SP: Universidade São Francisco, 2001 (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

_____. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 1994.

MELLO, C. F. P. de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Viver a lei da nobreza. Elites locais e o processo de nobilitação na capitania do Siará Grande (1748-1804)*. Curitiba: Appris, 2017.

PARANHOS, Karina da Mata. Representação social e riqueza nas Minas Gerais do século XVIII. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2007 (*Dissertação de Mestrado em História*).

PRAXEDES, Vanda Lúcia. Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais 1770 – 1880. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008 (*Tese de Doutorado em História*).

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICUPIERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil, c.1530 – c.1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SONNET, Martine. Uma filha para educar. In: DAVIS, Natalie Zemon e FARGE, Arlette (org). *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- SOUZA, Laura de Mello. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. v. I. SP: Companhia das Letras, 1997.
- SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710-1822*. Recife: Editora UFPE, 2015.
- STUMPF, Roberta. *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792)*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- _____. *Os Cavaleiros do Ouro e outras trajetórias nobilitantes nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas: Conjugação de dois mundos*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- VASCONCELLOS, Maria Drosila. *Pierre Bourdieu: a herança sociológica*. Educação & Sociedade. n. 78, p. 77-87, 2002.
- VARTULI, Silvia Maria Amâncio Rachi. Por mãos alheias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial. Belo Horizonte. Faculdade de Educação da UFMG, 2014 (*Tese de Doutorado em Educação*).
- VIANNA, Hélio. A educação no Brasil colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.5, n.15, 1945.
- VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. *Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Fontes eletrônicas

Constituições primeiras do Acerbispado da Bahia. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291> (acesso 2018)

Ordenações Filipinas. Disponível em:
<www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> (acesso 2018).

BLUTEAU, D. Raphael. Vocabulário Latino e Português. Coimbra 1712- 1728. Disponível em: <www.ieb.usp.br/online> (acesso 2018).

Registro de Matrícula da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=264605> (acesso 2018)

Regimento das ordenanças e dos Capitães-Mores Disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitaesmores.html> (acesso 2018)

Dicionário Michaelis: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Patrimônio/> Acessado: em 12/09/2018.

Dicionário Aurélio: <https://dicionariodoaurelio.com/patrimonio> Acessado em: 12/09/2018.

Fontes impressas

CARVALHO, José Pereira de. Primeiras Linhas sobre o Processo Orfanológico. 2 ed. Lisboa: Na Tipografia Lacerda, 1816.

Fontes manuscritas

MO/CBG-IBRAM - Testamentos e inventários referentes ao Cartório do Segundo Ofício (1750-1800).

IPHAN-SJDR - Testamentos e inventários (1750-1800)

AHU - cx: 70; doc.: 40 (carta) 24/07/1756. *Lista dos Homens Ricos da Capitania de Minas Gerais*.

Recebido em 25 de novembro de 2018.
Aprovado em 15 de janeiro de 2019.